

Capítulo de livro organizado por MATTOS, Marcelo Badaró – *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, pp. 207-36. ISBN – 9788569437239.

HEGEMONISMOS E POLÍTICA – QUE DEMOCRACIA?

Virgínia Fontes

Este artigo nasceu de uma série de encontros organizados por Marcelo Badaró Mattos. Posicionada como estou na confluência entre diversas pesquisas sobre o papel das burguesias no Estado contemporâneo, a partir de uma série de notas de pesquisa elaborei uma intervenção oral. Sucintamente, sugeria ali que a atual crise internacional da política e seu descrédito se deve – entre outros fatores – a um excesso de atividade pró-hegemônica das grandes burguesias, ou hegemonismo. A inaudita concentração e centralização de capitais favorece uma captura econômica dos partidos políticos (excluindo-se, em parte, suas pontas extremas – os pró-fascistas e os revolucionários), tornando-os indistintos e impondo uma pauta política crescentemente homogênea, contribuindo para indiferenciar os programas partidários. Essa captura ocorre tanto pelos recursos oferecidos aos partidos, quanto pela imposição de constrangimentos econômicos nacionais ou internacionais, bloqueando possibilidades na gestão do Estado, mesmo se por dentro da democracia burguesa. Os processos eleitorais seguem entretanto fundamentais para a mesma dominação burguesa, pois continuam a expressar os momentos em que a própria dominação parece se diluir frente ao que segue sendo propagandeado como *escolhas* da população.

Diferentemente de outros momentos históricos, quando as limitações da democracia foram encampadas por projetos políticos comunistas, com um programa máximo que envolvia sua enorme extensão, na atualidade o descrédito da democracia burguesa parece derivar do próprio ativismo burguês. Há um contínuo encolhimento da democracia *burguesa* por expansão do ativismo empresarial político *burguês*, de base liberal, que utiliza inúmeros recursos para capturar e transfigurar praticamente todas as formas de expressão das classes dominadas, ou subalternas.

No momento de transpor a palestra em texto me dei conta de que a empreitada era maior do que seria possível no tempo que dispunha. Seria necessário averiguar a bibliografia internacional sobre o tema – ainda escassa, o que torna mais difícil a pesquisa – e fazer pesquisa direta sobre uma infinidade de sites empresariais, em diversos países. Apesar de ter iniciado o levantamento, foi impossível concluí-lo nos prazos. Sequer dispomos de ferramentas metodológicas capazes de permitir pesquisas com tal quantidade de variáveis e estamos enfrentando com coragem e parcos

meios entidades que contam com formidáveis recursos econômicos.

Este artigo é uma redução do escopo original proposto, centrado na análise da atuação de entidades empresariais brasileiras. Mantenho, entretanto, a questão central e o texto procura extrair uma das consequências do ativismo empresarial: a multiplicação de coligações associativas empresariais voltadas para a grande política curto-circuita os espaços representativos caracteristicamente burgueses. Antes, como agora, sigo convencida de que não se trata de fenômeno especificamente brasileiro, e que sua análise coletiva é a cada dia mais urgente.

Estado, sociedade civil, estratégias e táticas

A relação das entidades associativas com a política institucional, com as organizações empresariais no ambiente da sociedade civil (sem fins lucrativos) e com o conjunto das lutas de classes ainda é tema insuficientemente tratado, apesar de já existir número razoável de pesquisas sobre o tema, que serão citadas ao longo deste artigo.

Ocorreu uma frenética expansão de inúmeras formas associativas no mundo contemporâneo.

À guisa de provocação vale lembrar que, sobre isso, dizia Tocqueville:

Nos países democráticos, as associações políticas constituem por assim dizer os únicos particulares poderosos que aspiram a ordenar o Estado. Por isso os governos de nossos dias consideram esse gênero de associações com o mesmo olhar que os reis da Idade Média viam os grandes vassallos da Coroa: sentem uma espécie de horror instintivo por elas e combatem-nas em todo encontro. Têm, ao contrário, uma benevolência natural para com as associações civis, porque descobriram facilmente que estas, em vez de dirigir o espírito dos cidadãos para os negócios públicos, servem para desviá-lo destes e, empenhando-os cada vez mais em projetos que não podem se consumir na ausência de paz pública, os desviam das revoluções. [TOCQUEVILLE , Alexis de. A democracia na América, vol. 2. SP, Martins Fontes, 2000. p.144]

Desde o século XIX tais “associações civis” cresceram e se ramificaram na sociedade capitalista. A interpretação de Tocqueville é demasiadamente “interessada”: sendo um ardoroso oponente dos processos revolucionários, é compreensível que ele estimulasse a “sociedade civil” fragmentadora e capaz de desviar as energias populares conduzindo-as para alvos pontuais, aceitáveis pela ordem. Ao mesmo tempo, observe-se que seu trabalho é uma mescla de análise das condições da sociedade estadunidense e de uma série de prescrições. Sem dúvida, a primeira prescrição, a do combate às revoluções através da fragmentação de entidades associativas encontrou eco, especialmente a partir da segunda metade do século XX. A segunda prescrição é que a

benevolência pública deve se limitar às associações que não almejam os “negócios públicos”, justificando a priori o controle e repressão das que o tentarem. Manejando o vocabulário, Tocqueville somente considera como associações políticas os partidos oficiais, em disputa pelos cargos de mando (eleições). Supõe pois haver duas qualidades diversas – as “políticas” almejam o Estado e são belicosas, as “civis” afastam-se das coisas públicas e são pacíficas. Deixa totalmente à sombra o *papel político de ambas as associações*, com exceção do principal: elas devem desviar o espírito dos cidadãos das revoluções.

Diferentemente do que supôs Tocqueville, as associações civis não se acanharam nos limites propostos e, em muitas circunstâncias, sindicatos e entidades associativas de trabalhadores tiveram significativo papel. Antonio Gramsci¹ desenvolveu portentosa teorização sobre o tema, precocemente observando como o âmbito associativo tornara-se um dos principais espaços das lutas de classes. Diferentemente de Tocqueville, para Gramsci os partidos políticos *oficiais* (inscritos legalmente para processos eleitorais) não estão isolados, como entidades peculiares cuja ligação com o mundo real se daria apenas na relação com o poder político institucional, mas ao contrário, enraízam-se nas lutas sociais e nas formas de dominação, mantendo estreita ligação com inúmeras entidades associativas. Fazem parte da sociedade civil, e ela está entrelaçada com o Estado (ou sociedade política).

Lastreado rigorosamente em Marx – para quem o Estado emerge das contradições da vida social e nelas tem sua principal âncora – Gramsci aponta para processo diversificado de ampliação do Estado, pela expansão e absorção dos aparelhos privados de hegemonia (doravante, APHs), ou a interpenetração a sociedade civil e Estado.

Sociedade civil é, nessa vertente teórica, a expressão de formas de organização de atuação e vontades coletivas tomadas em suas inúmeras e contraditórias vertentes. Gramsci consegue apreender de maneira mais detida a própria forma *social* do âmbito da vida considerada como “privada” na sociedade capitalista, que coexiste com os constrangimentos específicos da relação patronal direta, fabril ou nas relações de emprego. Na sociedade civil se encontram os clubes, as associações, os jornais (ou as mídias), as igrejas, os partidos políticos oficiais, sindicatos, escolas e entidades dos mais diversos fins. Com a evidente exceção dos partidos oficiais, a maior parte delas se apresenta como *apartidária*. Ao contrário do senso comum, Gramsci procura identificar de que maneira tais entidades associativas se tornam “partidos”, formas de expressão de interesses sociais expressos através de determinada consciência, determinado patamar organizativo e determinadas relações de força. Podem ser partidos não eleitorais, mas capazes de aglutinar setores sociais, inclusive outras entidades associativas, atuando portanto permanentemente de maneira política.

1 Gramsci, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, 6 vol.

O que transparece em Tocqueville, mas que seu texto oculta, está explícito em Gramsci: desviar os espíritos dos cidadãos da revolução é... fazer política. Fazer a política da conservação de uma certa forma de dominação de classes. Gramsci relembra que essa política parece conduzida pelos próprios indivíduos, aparentemente distantes do mundo oficial e parlamentar (onde se encontram os dirigentes²). Daí a extrema importância atribuída por Gramsci ao Moderno Príncipe, um partido oficial (preferencialmente legal) que atue em todas essas direções, e não apenas eleitoralmente. Um partido que entenda ser o ponto da síntese entre diversas formas associativas dos subalternos e que, compreendendo suas especificidades, permita sua elevação para além dos limites da consciência imediata ou corporativa (e mesmo estatal) sem eliminá-las, para atuar na grande política, naquela que lida com as opções de vida social, lutando pela superação das formas de reprodução das inúmeras subalternidades. Ademais, o partido político

“para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais”³

Gramsci assinala, ainda, que algumas entidades associativas podem e devem ser analisadas enquanto “partidos”, isto é, apesar de não oficialmente eleitorais, organizam vontades e preparam para os momentos das opções representativas, assumindo algumas delas o papel de nervo articulador (quartel-general) de determinados segmentos ou frações de classe.

Mais do que mostrar que as entidades associativas nada tem de apolíticas, Gramsci permite compreender o alcance de sua atuação. Um dos nervos centrais de sua análise assinala como a expansão do capitalismo correspondeu também à *ampliação do Estado*. Isso pode ser compreendido duplamente, como expansão da democracia e, portanto, como conquista das classes trabalhadoras, mas também como disseminação de trincheiras de defesa do capitalismo, estreitamente relacionadas com o Estado, em diversas dimensões da vida social. E é essa relação de forças que interessa compreender em cada conjuntura.

A relação entre sociedade civil e Estado (seja através de entidades associativas de extração popular ou empresarial) ocorre, pelo menos, em duas direções: na primeira, a aproximação entre partidos oficiais e “partidos”- entidades (APHs) favorece o ingresso de seus integrantes no Estado restrito, sob inúmeros formatos (eleitos, comissões de notáveis ou de “especialistas” técnicos, concursos cujos perfis são definidos previamente, etc.). Nesse sentido, os APHs passam a constituir

2 Vale lembrar que a análise gramsciana combate a literatura anterior, que definia leis praticamente 'naturais' para governos e partidos (Pareto, Mosca, etc.), lastreadas na naturalização de dirigentes e dirigidos na vida humana. Ao criticar tal literatura, Gramsci recoloca assim a possibilidade de apreender as relações sociais e culturais predominantes nos partidos políticos, como expressão e síntese da vida social e política.

3 Gramsci, A. Cadernos... vol. 2. p. 24.

(e mesmo, em alguns casos, a construir) Estado. Este é caso da elaboração e implantação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no Brasil, formulado, implementado e operado em seus primeiros anos por uma entidade associativa de uma certa fração da burguesia agrária, aglutinada em torno de sua Sociedade Nacional de Agricultura-SNA, em disputa com outra entidade agrupando outro setor da burguesia agrária, a SRB (Sociedade Rural Brasileira)⁴. Nos dois casos, as entidades associativas – ambas defendendo interesses corporativos e constituídas por setores patronais e seus pupilos – apresentam-se como expressão “nacional”, confundindo seus próprios interesses com os da totalidade do país ou, no mínimo, como a expressão da “agricultura nacional”.

No sentido inverso, o ingresso de integrantes de APHs no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo e extenso do que seria possível à entidade original. Todo o conjunto de recursos estatais (monetários, financeiros, organizativos, legais e publicitários) tornam-se meios potenciais para disseminar as práticas, em parte já testadas na sociedade civil e que correspondem a seus interesses, difundidas agora como “valores” pétreos. O Estado converte-se no “educador” geral para os valores e necessidades de tais frações, que exercem pois processos hegemônicos, através de diversas de suas instituições, inclusive escolares.

Decerto, esse duplo trânsito envolve movimentos de tensão e de lutas entre aparelhos de hegemonia e entre eles e os partidos oficiais, disputas que se reproduzem no interior do próprio Estado, no qual estão presentes expressões, inclusive, de classes antagônicas. O tema das tensões intra-estatais resultantes tanto da ocupação de posições através de processos eleitorais, como da forma de seleção e origem de classe dos funcionários, assim como de sua localização do interior do aparelho de Estado foi analisado por Poulantzas. Este autor, aliás, insiste que o Estado, sendo uma expressão de relação de forças *entre classes*, organiza e reproduz em seu interior precisamente o que assegura o domínio do capital sobre o conjunto da vida social, em especial a separação e a segregação entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre os que concebem e os que executam⁵.

Avanços organizativos de âmbito popular, seja em partidos ou em aparelhos de contra-hegemonia, impulsionam em direção democratizante, “universalizando” (sempre de maneira limitada, posto que no âmbito do Estado) reivindicações de teor igualitário. Confrontam permanentemente o predomínio capitalista, cujas entidades associativas (empresariais) obstaculizam tais pretensões e tendem a mesclar dois tipos de intervenção, a primeira voltada para o “desenvolvimento” (isto é, a garantia da expansão econômica do capital e de rigorosa separação entre o “econômico” – naturalizado – e as intervenções oficialmente políticas⁶) e a segunda para a

4 Mendonça, S. R. *O ruralismo brasileiro*, cit.

5 Poulantzas, N. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio, Graal, 1981.

6 cf. Wood, E.M. *Democracia contra capitalismo*. SP, Boitempo, p. 27-50.

promoção de um tipo de sociabilidade adequada ao formato econômico que poreja a partir do conjunto do processo produtivo e se dissemina como imposições do mercado.

As lutas democratizantes permanecem no interior do Estado capitalista, com os limites que este impõe à sua generalização e superação. O momento ético-político dos subalternos, ou a superação das barreiras do Estado capitalista são, para Gramsci, a grande política do Moderno Príncipe.⁷

As tensões provenientes da sociedade civil estão embebidas dos processos de lutas de classes. Nela se desenvolve enorme atividade intelectual, seja voltada para a dominação, seja para a síntese das expressões parcelares dos subalternos. Essa atividade intelectual não se limita ao terreno literário, expressando sobretudo funções práticas, “organizativas e conectivas”⁸.

Desafios permanentes das análises do Estado e da sociedade civil

Apesar de contarmos com teorizações de grande porte, como sumariamente apontado acima, a análise da sociedade civil no capitalismo contemporâneo ainda carece de desenvolvimentos substantivos. Seguramente, o crescimento e a diversificação de tais aparelhos foram muito além do que se apresentava a Gramsci na década de 1930.

Desde a década de 1950, renasceu uma explícita vocação toquevilliana, e um dos objetivos principais da formatação da política nos países capitalistas foi e continua sendo o de contra-restar possibilidades revolucionárias, ou mesmo o avanço de processos contra-hegemônicos no próprio capitalismo. Sob condições formalmente democráticas, o estímulo e a “benevolência” com algumas entidades civis apartidárias foi uma das mais importantes táticas de desvio das possibilidades revolucionárias, ou de organizações mais ou menos autônomas de subalternos.

Há vários pontos – e dramáticos – de interseção de tais aparelhos de hegemonia que nos interrogam e sobre os quais temos ainda escassas respostas: as formas de correlação internacional entre tais APHs, economia e políticas internacionais ainda deixam a desejar⁹; sua correlação com os

7 Vale lembrar que Gramsci destinou longo estudo ao papel do partido para as classes trabalhadoras, alertando sobre dois pontos fundamentais de sua atuação: a “formação de uma vontade coletiva nacional-popular” e a “reforma intelectual e moral”, a qual deve estar intrinsecamente ligada a um programa de reforma econômica, posto ser “é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolvendo-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais...” (v. 3, p. 18-19). A questão da superação econômica do capitalismo segue central para nosso autor.

8 Gramsci, A. Cadernos do Cárcere. vol. 2, p. 21, ver também p. 53.

9 Dispomos de material de base consistente, como POULANTZAS, Nico. Internationalization of capitalist relations and the Nation-State. In: MARTIN, James (Ed.) - *The Poulantzas Reader*. Marxism, Law and State. London, N.York, Verso, 2008, GILL, Stephen (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio, Ed. UFRJ, 2007 ou a recente publicação de ACTUEL MARX. *Une classe dominante mondiale?* n. 60, 2º sem 2016, Paris, PUF.

partidos políticos nos embates políticos nacionais; sua articulação interna, ou seja, as hierarquias e os “quartéis-generais” de tamanha variedade de iniciativas e, finalmente mas não menos importante, a maneira como favorecem, ampliam e estabelecem novas formas de extração de valor.

Talvez essa ainda escassez de análises resulte de algumas décadas de bombardeio com imensa propaganda sobre uma “nova” importância da “sociedade civil” alardeada pelo pensamento liberal. O tema foi idealizado – na linha tocquevilliana – e a sociedade civil considerada como um espaço angelical, distinto do mercado e dos governos (e do Estado). Como se existissem “espaços” “livres” na sociedade capitalista! Alguns de seus epígonos chegaram a sugerir que fosse uma das “esferas” constitutivas da vida social, moldada pela pura comunicação ou pelo mais excelso benevolato.

Em reação compreensível à idealização liberal, ocorreria uma espécie de satanização completa da “sociedade civil”, em registro avesso ao liberal. Aqui, o âmbito associativo é recortado para designar algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) – expressão aliás totalmente carente de sentido – e sua atuação nitidamente pró-imperialista. Com louvável intuito denunciativo muitas dessas análises se limitam a considerá-las unicamente como formas de dominação, impermeáveis às lutas de classes e às tensões sociais efetivas, tanto entre os subalternos, quanto entre estes e os setores dominantes quanto, ainda, entre os próprios setores dominantes (doravante, empresariais).¹⁰

Esse conjunto de razões talvez ajude a explicar a persistência, em algumas análises, liberais ou críticas, de certo cunho conspirativo. Como se fossem entidades ocultas a fazer a história por baixo dos panos, uma vez afastadas da política e dos embates sociais, como sugere Tocqueville. A própria estruturação da estratégia contra-revolucionária sugerida por Tocqueville é muito denunciada mas escassamente alvo da reflexão sistemática, o que é compreensível para os que a apoiam, mas estranhável da parte daqueles que precisam se defrontar com as relações sociais a cada dia mais dramáticas que a expansão do capitalismo vem gerando.

Outros ainda, ao contrário, e isso foi corriqueiro no Brasil, preferiram cegar-se para a realidade, acusando falsamente a cuidadosa análise de processos organizativos empresariais e sua atuação política como se fossem tais pesquisadores os ... manipulativos. Com forte dose de indignação intelectual alguns autores, furtando-se à análise dos processos, adotaram um modelo explicativo ex nihilo e perene, que tornava aparentemente desnecessário o incômodo trabalho de levantamento documental e análise banalmente factual.... Denunciar pressupostos conspirativos analíticos é algo de importante; ocultar francamente as conspirações às claras é falsificação

10 FONTES, V. “Gramsci, Stato e società civile: angeli, demoni o lotta di classe?” In: Vasapollo, Luciano e Monal, Isabel (org). “*Uscire dal fosso e buttar via il rospo dal cuore - Con Gramsci nell’ALBA di Nuestra America*” Quaderno della Rete dei Comunisti, nov. 2014.

histórica.¹¹ Frente a tais limitações, outras e rigorosas análises fornecem indicações preciosas. Talvez uma das mais importantes seja não esquecer que, em Gramsci, sociedade civil é inseparável de Estado, como sempre pesquisou Sonia Regina de Mendonça, lembrando-o em artigo recente¹².

Sociedade civil empresarial e Estado

René Dreifuss, pesquisador uruguaio que viveu no Brasil, fez importantes contribuições para a análise do papel político (estratégico e tático) do que chamou Sociedade Civil Empresarial, com vistas à grande política – à formulação, implementação e sustentação de posições de dominação de classe – desempenhado pelas entidades empresariais na sociedade civil (no sentido gramsciano).

Em algumas de suas pesquisas, René Dreifuss evidenciou o crescimento significativo de entidades empresariais, e apontou suas estreitas conexões com os processos políticos, no que concerne tanto às grandes definições econômicas, como às formulações legais e ídeo-culturais. Sobretudo, para os fins que nos interessam aqui, procurou em todas as suas análises, identificar as relações de força entre as diversas organizações empresariais, as intencionalidades e projetos táticos e estratégicos que elaboraram, assim como suas modalidades operacionais. Dois de seus trabalhos incidem sobre o Brasil, enquanto o terceiro analisa entidades nascidas originalmente no âmbito anglo-saxônico e, em seguida, disseminadas em inúmeros países.¹³

Dreifuss analisou a preparação para o golpe de Estado empresarial-militar de 1964 no Brasil, analisando minuciosamente a configuração estratégica e tática que articulava associações empresariais e empresas através de um *núcleo central* configurado pelo *complexo* IPES/IBAD¹⁴. Documenta a estrutura interna formal de autoridade, os canais de captação de recursos, sua divisão de trabalho entre *grupos de ação* (Estudo, Conjuntura, Assessoria Parlamentar, Opinião Pública, Publicações, Doutrina), assim como a preparação de *guerras psicológicas* contra o “comunismo”, especificamente através de mídias (radio, televisão, cartuns e filmes). Direcionaram sua atuação em dois sentidos: assegurar-se da direção de sua própria base empresarial de cunho monopolista e militar, estendê-la ao conjunto do empresariado (inclusive através de ameaças ou desqualificações

11 cf. Melo, Demian B. De (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Cosnequência, 2014.

12 Mendonça, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, v. 2, p. 27-43, 2014. Através de uma brincadeira, Sonia pedagogicamente comentou, em âmbito pessoal, como algumas análises pretendem partir de Gramsci, mas em vez de chegar ao Estado ampliado, chegam a uma situação “saci-pererê”, com análises saltando de uma a outra perna: sociedade civil ou sociedade política.

13 Dreifuss, René. *1964: a conquista do Estado*. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1987; *A Internacional capitalista*, Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo, 1986 e *O jogo da direita*, Petrópolis, Vozes, 1989.

14 Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-IPES Instituto Brasil Democrático-IBAD.

entre aqueles que não aderiram imediatamente) e, concomitantemente, realizar ações no meio estudantil, mobilizar classes médias e mulheres (através de entidades religiosas), conter camponeses e classes trabalhadores, sem descurar de atuação constante junto ao Congresso e aos militares. O complexo envolvia uma unidade mais exposta e mais tática, o IBAD (inclusive por suas conexões com os Estados Unidos), enquanto o IPES desenvolvera uma *dupla vida política*, aparecendo publicamente como a reunião de dirigentes democráticos de empresas, sem vinculações partidárias, mas operando como centro estratégico, ao coordenar “sofística e multifacética campanha política, ideológica e militar”¹⁵.

Em posterior livro sobre o Brasil, *O Jogo da Direita*, empreende análise fartamente documentada das entidades criadas no processo constituinte brasileiro, mostrando a intensa atuação parlamentar empresarial, contraposta a um período de crescimento de lutas populares e de fortalecimento de exigências democráticas. Dentre a gama extensa de entidades associativas empresariais, algumas tinham caráter corporativo, outras apresentavam-se como expressão de inquietações morais e de defesa de valores 'nacionais'. Em todos os casos analisados, eram nascidas e nutridas sob as empresas ou entidades diretamente sustentadas por corporações. Algumas foram efêmeras, aparelhos de combate momentâneos. Outras perduraram e se fixaram, como o Instituto Liberal, por exemplo.

No livro *A internacional capitalista*, Dreifuss analisou estratégias e táticas do empresariado transnacional entre 1918 e 1986, acompanhando os desdobramentos de entidades nascidas anglo-americanas e disseminadas em todos os continentes, especialmente após a segunda Guerra Mundial. Com enorme profusão de fontes e documentos, Dreifuss amplia a escala de análise da sociedade civil de base empresarial. As duas entidades centrais de seu estudo são o *Committee for Economic Development (CED)* e o *Council of Foreign Relations (CFR)*, que formam, favorecem e agregam extensa rede internacional de entidades afiliadas, correlatas ou próximas. Neste caso, a análise envolve novo tipo de complexidade, uma vez que não se trata da preparação de uma ação específica (como um golpe de Estado e a ocupação de posições mais ou menos imediatas no Estado), ou de uma situação circunstancial (como uma Constituinte), mas de uma ação permanente, envolvendo organização e ação em contextos particulares nos âmbitos nacionais ao lado de trocas de informações e elaboração de visões comuns em escala internacional.

Ligadas à expansão do imperialismo, seria insuficiente entretanto analisá-las apenas como uma imposição externa, pois fomentam a adesão e sua multiplicação em diferentes países, assumindo simultaneamente a coloração local e assegurando uma fidelidade internacional que, partindo de posições econômicas, se estende a formulações políticas, ideológicas e culturais.

15 Dreifuss, 1964, a conquista... cit., p. 164.

Dreifuss destaca o caráter de formuladoras da grande política e sua organização interna:

A grande política integra os vários níveis de reflexão: estratégia e tática, campanha, manobra e batalha, conjuntura e processo, circunstância e traço dominante, conservação de estrutura e transformação; política parlamentar, do cotidiano e política de Estado, entre outras.¹⁶

A condensação de núcleos estratégicos das classes dominantes não se confunde diretamente com interesses setoriais específicos, sendo formuladores do e para o conjunto da classe. Constituem um pólo de poder propriamente político, mobilizador e tensionador das classes dominantes para o enfrentamento de classes, apenas aparentemente fora do Estado. E é dessa posição que atuam incessantemente, por dentro do Estado e de fora dele.

Certas conjugações da sociedade civil empresarial configuram, para ele, uma *elite orgânica* das classes dominantes, “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe”, elite que,

“ao constituir-se como tal (...) se diferencia do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político. Embora *organicamente vinculada* ao seu universo sócio-econômico e cultural, esta diferenciação é imprescindível para uma intervenção política eficaz e eficiente, na medida em que a classe dominante é uma na sua diversidade de unidades de acumulação competitivas”.¹⁷

O livro de Dreifuss apresenta ainda uma série de categorias destinadas a apreender o processo organizativo empresarial e o movimento de luta e de formação de blocos de poder. Assim, sugere noções como *elites orgânicas* e *frentes de ação*: “as elites orgânicas agem, na realidade, como mediadoras na formação de blocos de poder ou de *frentes móveis de ação*, isto é, predisõem a classe dominante para a luta política.”. A guerra de ocupação de posições que realizam envolve o momento militar, ou a preparação para a guerra de movimento. Para capturar o caráter deliberado desse tipo de ação política, Dreifuss sugere as noções de *córtex político*, capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis, e a de *estado-maior*, operacional, cuja ação altere as relações de força. “Trata-se, por conseguinte, de um núcleo de vanguarda político-intelectual e de um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração.”¹⁸

Definindo em seu interior um *córtex político*, a elite orgânica é a “pensadora” de uma classe, “transformando contradições e antagonismos em simples diferenças, passíveis de (re)-conciliação” (26); ela “produz estudos, análises e pesquisas sobre os princípios da política pública e da política empresarial, formulando diretrizes que deverão nortear o funcionamento da 'sociedade' e do

16 Dreifuss, Internacional... cit, p. 22.

17 Dreifuss, Internacional... cit p.24, grifos do autor, RD.

18 Dreifuss, Internacional, cit p. 24, grifos do autor, RD.

'Estado', dois termos que funcionam, neste caso, como um eufemismo para a economia e os valores dos próprios interesses dominantes".¹⁹

Enquanto estado-maior, a elite orgânica medeia a classe dominante e o conflito de classe, “desenvolvendo a diplomacia privada e a política efetiva em contraposição à oficial e pública – o que implica na consolidação de uma liderança de classe dominante numa frente móvel de ação, mais ampla que a primeira, que viabilize a inserção político-ideológica, a comunicação social dos projetos particulares classistas e sua conversão em demandas gerais, 'sociais', 'nacionais ou de simples 'senso comum'".²⁰

Sintetizando, o poder de classe estaria estruturado em três níveis de organização, complexidade, capacidade, área de atuação, base social e objetivos: as *Elites Orgânicas* propriamente ditas, as centrais ou laboratórios de ideias e de pesquisa, fundações e agências de planejamento e consultoria que servem à classe dominante (sem serem necessariamente partes dela ou participantes da ação política direta) e as *Unidades de Ação*, grupos táticos visando alvos específicos e fins limitados, no âmbito de uma estratégia encabeçada por elites orgânicas que as orientam para ações conjunturais e de curto alcance. As centrais de ideias e Pesquisas funcionam como segmentos auxiliares e de assessoria num leque limitado de questões, geralmente circunscritos à dimensão da formulação de políticas públicas, que respondem às necessidades do setor privado. Servem também como celeiro de recrutamento de quadros, tanto para as instâncias de pesquisa e análise das elites orgânicas quanto para preencher as vagas da administração do estado.²¹

O refinamento das categorias elaboradas por Dreifuss e sua coerência teórica, entretanto, não resolvem algumas dificuldades analíticas posteriores. E a primeira delas é como identificar dentre a miríade de entidades empresariais, quais constituiriam as “elites orgânicas” em cada situação conjuntural, seja em âmbito nacional ou internacional²². O processo de concentração e centralização de capitais correspondeu a uma certa centralização de tais entidades, mas também gerou uma enorme disseminação e multiplicação de entidades empresariais na sociedade civil, nos planos nacionais e internacional, com papéis diversos. As tensões e lutas internas aos aparelhos empresariais de hegemonia parecem se amplificar, mas seus embates não são imediatamente públicos.

Partindo das argutas indicações de Dreifuss, vale observar que a coordenação política da elite orgânica não pode ser considerada como *apartidária*, uma vez que uma atuação como a sugerida acima é forçosamente suprapartidária. Isto é, ela precisa ao mesmo tempo integrar e definir os elementos fundamentais, enquanto assegura espaços para que dissensões de menor escopo

19 Dreifuss, Internacional, cit p. 27, grifos meus, VF.

20 Dreifuss, Internacional... cit., p. 27, grifos meus, VF.

21 Dreifuss, Internacional... cit., p. 28, grifos do autor, RD.

22 Um excelente trabalho a este respeito é o de Pereira, J. M.M. O Banco Mundial como ator financeiro, político e intelectual. Rio, Civilização Brasileira, 2011.

possam se expressar, por exemplo, através da adesão a diversos partidos.

Podemos inferir, de suas análises que não é apenas o Estado quem unifica as classes dominantes; elas se também se unificam para ser Estado ou modificá-lo, ajustá-lo às condições e circunstâncias conjunturais.

Algumas observações sobre os “modos de exposição” da sociedade civil empresarial

Em livro recente, defendi que a forma política do capital-imperialismo, que emerge do período subsequente à II Guerra Mundial, levou à constituição de uma verdadeira teia de entidades associativas estreitamente coligadas à sua expansão. Esse formato mesclava não apenas entidades sustentadas por empresários de diversas procedências (setoriais e nacionais) com foco mais amplo do que cada setor de atividade, mas crescentemente entidades associativas de cunho empresarial (que não eram, entretanto, empresas e se declaravam sem fins lucrativos) voltadas para o convencimento de grandes massas. Muitos já analisaram parcelas dessa rede, também composta por organismos internacionais de defesa de uma 'ordem econômica internacional' voltada para a garantia da reprodução e expansão do capital (como o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e outras similares), como instituições internacionais associando governos de escopo mais amplo – ONU, da qual deriva grande quantidade de instituições (Unesco, FAO, etc.) e uma extensíssima malha de entidades associativas, dentre elas fundações empresariais (em geral, sem fins lucrativos).

Destacava então que atuação de muitos APHs superava a dimensão imediatamente corporativa e nacional, embora carreando consigo tais interesses, com o que penetravam mais fácil e intensamente em diversos ambientes:

“Agir enquanto entidades privadas não diretamente lucrativas, sem carregar o fardo das decisões governamentais de seus próprios países, permitia a difusão cosmopolita de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar muito mais ampla e extensa do que se estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais (...).” (...) “Essas entidades correspondiam à expansão da socialização da produção, quer se destinassem a outros países capital-imperialistas, quer se dirigissem a terceiros países, não porque fossem imediatamente defensoras de empresas específicas, mas porque forneciam os elementos pragmáticos, *técnicos, gerenciais, culturais e programáticos* de mediação para a atuação e expansão do capital-imperialismo...” (p. 174-175)

Uma primeira observação é a duplicidade da forma de apresentação ou de exposição dessa sociedade civil empresarial. De um lado, cresceram as Fundações (sem fins lucrativos) coligadas

diretamente a personalidades de empresários ou empresas. De outro, multiplicam-se entidades cujas denominações ocultam cuidadosamente qualquer relação direta com o mundo corporativo (das empresas ou setores de atividade econômica), apesar de mantidas por ele. Sugestivos nomes de grande abrangência são utilizados, boa parte deles derivados dos padrões inaugurados pelo CED ou CFR, de “estudos do desenvolvimento”, apresentado seja como econômico seja como econômico e social, mas agregando outros termos que se repetem, como “liberdade”, “democracia”, “comunidade”, dentre outros. Finalmente, generaliza-se a prática da criação de “marcas”, isto é, entidades que não existem, sendo apenas um nome fictício, embora sua vertebração seja de origem empresarial. Tais marcas servem para disseminar projetos de maneira mais discreta ou simplesmente ocultar a origem dos recursos, como

“Movimento Brasil Livre (MBL), uma marca criada pelo Estudantes pela Liberdade EPL [por seu turno uma filial brasileira da norteamericana Students for Liberty], para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS).”²³

Como exemplo, no Brasil várias grandes entidades associativas empresariais atuam sob denominações discretas, como “Movimento Todos pela Educação”, “Movimento Brasil Competitivo”, Instituto Atlântico, Instituto Liberdade, Instituto Milenium, além da reutilização das formulações já tradicionais, como IEPE-Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade, IEPE-Instituto de Estudos de Política Econômica, também conhecido sob o sugestivo nome de “Casa das Garças”, ou ainda IEDI – Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial, além da marca “Programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável”, integrante da entidade associativa “Comunitas”.

Ora, que significa isso? Certamente, há um apagamento da evidência do controle empresarial. Mas não apenas, pois grande quantidade ostentam seu pertencimento empresarial, como ICE-Instituto de Cidadania Empresarial ou Instituto de Estudos Empresariais, por exemplo. É possível supor que traduzam também divergências internas dentro do mesmo registro (desenvolvimento), sobre as formulações específicas das políticas a implementar e, em especial, sobre a definição precisa de qual delas efetivamente tem a função dirigente (o *córtex*, como sugeriu Dreifuss). Muitos empresários participam simultaneamente de inúmeras dessas entidades e o caso mais emblemático é Jorge Gerdau Johanpeter, que também participou diretamente do governo Dilma Rousseff. Para além dessa interrogação analítica, importa ressaltar que, em seu conjunto, cobrem enorme gama de políticas públicas, com um ponto central em comum: a valorização do

23 AMARAL, Marina – A nova roupa da direita. 23/06/2015. In: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>, último acesso em 17/04/2017.

mercado contra as políticas de cunho universalizantes.

O hegemonismo e sua atuação no Brasil

A extensa lista de entidades associativas empresariais no Brasil, além de empresas e empresários que os sustentam, assim como a infinidade de institutos e fundações, todas aparentemente sem fins lucrativos, foram exaustivamente analisadas por Flavio Casimiro²⁴ e André Martins²⁵. Suas íntimas e impactantes conexões no Estado, foram cuidadosamente pesquisadas, no caso das empreiteiras e empresas de engenharia, por Pedro Campos²⁶ e por André Guiot, que pesquisou sua imbricação nos programas do Governo Federal, através de sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social-CDES, implantado a partir do governo Lula da Silva.²⁷

Antes como agora, é evidente de que *não* se trata de um enfraquecimento ou eclipse do Estado, como foi suposto por alguns. Ao contrário, trata-se de seu enrijecimento através de uma contração das formas de participação popular, no compasso da ampliação das modalidades de integração entre Estado e entidades associativas empresariais. Estas, fortes de sua experiência prática de *conversão* de reivindicações populares em projetos fragmentários de “apoio”, procuram agora converter as necessidades e reivindicações sociais em projetos políticos elaborados e implementados por elas, executados no interior do Estado restrito. Estes processos de conversão conservam similitude com práticas religiosas, tanto na exacerbação do militantismo empresarial, como na monocórdia e reiterada repetição louvatória através da propaganda e da grande mídia empresarial.

A generalização dos procedimentos de convencimento com base seja em entidades empresariais, seja no financiamento por APHs empresariais de associações de cunho popular resulta no que denomino aqui de *hegemonismo*. Em boa parte, seus limites resultam de seu próprio sucesso e, portanto, da enorme expansão das contradições que o atravessam.

Visando enfrentar diuturnamente qualquer possibilidade de elaboração organizativa e política por parte de setores populares e bloquear o sentido de classe de sua atuação, o hegemonismo contribuiu fortemente para o esvaziamento da própria forma de sustentação que o

24 Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. Os partidos da direita: atuação política e produção do consenso pelos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes no Brasil contemporâneo (1980-2014). Tese de doutoramento, História/UFF, 2016.

25 Martins, A. *A direita para o social*. Juiz de Fora, UFJF, 2009.

26 Campos, P. H. P. *Estranhas catedrais*. Niterói, Eduff, 2014.

27 Guiot, A. *Dominação burguesa no Brasil - Estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. Niterói, Tese de doutorado, História, UFF, 2015.

originou e que supostamente seria por ele reforçada. Ele mina permanentemente a *política oficial*, parlamentar, de seu conteúdo. Apesar de não objetivar explicitamente a eliminação da estrutura representativa²⁸, tende a cercá-la de tal maneira que seu próprio sentido define²⁹. O crescimento de entidades sem fins lucrativos, de fundações e institutos empresariais se intensifica a partir da década de 1990. Com a generalização da noção de “Responsabilidade Social Empresarial”, guias e manuais são elaborados para facilitar o ingresso de novos APHs e para capturarem fontes de recursos públicas para suas iniciativas.³⁰

Observemos mais de perto apenas dois aspectos (dentre muitos outros) desse hegemonismo. Somente uma situação de extrema concentração de capitais – e de “benevolência” estatal – permite compreender tal expansão de entidades associativas de base empresarial. O amparo estatal se traduz na isenção de impostos e de favorecimentos diversos a tais entidades, sendo o esteio fundamental de diversos tipos de parceria público-privada. Há aqui um interesse diretamente econômico que merece estudos mais detidos.

Os dois aspectos selecionados são a educação pública e a gestão pública. Entidades da sociedade civil empresarial agem exatamente no sentido indicado por René Dreifuss, enquanto “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe” (IC 24, grifos RD). Acrescentamos que sua atuação também resulta em curto-circuito dos processos eleitorais, ao interferirem diretamente na formulação, implementação e execução de políticas públicas (estatais), *deslocando* o papel dos partidos políticos.

Hegemonismo e o programa público de educação

O primeiro é o Movimento *Todos pela Educação* que, nascido da plataforma da ONU em prol de políticas públicas para enfrentar a dramática situação das políticas educativas, foi constituída em grande APH agrupando empresas e entidades empresariais e converteu-se finalmente em política oficial, sancionada pela presidência da República no governo Lula da Silva, através do “Compromisso Todos pela Educação”, firmado em decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Seus mantenedores são empresas, como Dpaschoal³¹, Gerdau, Itaú BBA, Suzano papel e Celulose e Gol,

28 A esse respeito, vale observar a recorrente centralidade do termo *democracia*, limitada aos procedimentos eleitorais, dos grandes APHs de escopo internacional. Cf. Hoeveler, Rejane C. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação de Mestrado, História-UFF, 2015.

29 Cf. DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: A dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio, 2017 (no prelo).

30 Confederação Nacional da Indústria-CNI. *Responsabilidade Social Empresarial*. Brasília, CNI, 2006.

31 Empresa que, por sua vez, nutre outros APHs diretos, como Fundação Educar DPaschoal, criada em 1989 e o Movimento SER DPaschoal-Sustentabilidade, Educação e Responsabilidade.

além entidades empresariais de origem brasileira ou estrangeira, como Fundação Bradesco, Itaú Social, Fundação Telefonica, Instituto Unibanco, Instituto Península (braço social da família Abílio Diniz e Instituto Natura.

“O presidente do Conselho de Governança do T.P.E. é [Jorge Gerdau Johannpeter](#), que já figurou na *Forbes* como [48º colocado](#) na lista dos bilionários, em 2012. Hoje seu nome ainda aparece na famosa lista, mas com menos destaque, já que seus módicos R\$ 1,56 bilhão mal fazem sombra aos demais concorrentes. Como prêmio de consolação, entrou para uma nova lista, a dos [brasileiros nomeados nos “Panama Papers”](#), maior vazamento de documentos da história. Na lista, figuram 22 empresários nacionais que possuem ligação a companhias abertas em paraísos fiscais. A de Gerdau consta como [aberta em 2005](#), para captar recursos no exterior, e [desativada em agosto de 2009](#).”³²

Os “parceiros”, termo de fantasia para sustentadores, listados em novembro de 2016, mesclam empresas e APHs brasileiros e estrangeiros, de diversos portes: ABC - Ominicom Group agências (propaganda e Comunicação), DM9DDB (agência de propaganda), Rede Globo (cuja Fundação Roberto Marinho atua em diversas áreas da educação e da cultura), Moderna Editora, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Friends – SP (agência musical de propaganda), Fundação Victor Civita, Mckinsey & Company, Instituto Paulo Montenegro, Instituto HSBC; Futura³³, Livraria Saraiva, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; PATRI-Políticas Públicas³⁴, Luzio Strategic Group, ITAÚ Cultural e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Diversas dessas entidades já têm longa experiência de atividades educativas no âmbito privado ou fundacional, mas também no que concerne à educação pública, como a Fundação Ayrton Senna (que elaborou programas, sistemas de gestão e avaliação para escolas públicas em inúmeros municípios e estados do país)³⁵. A atuação nas escolas públicas envolve conectar diversas outras

32 In: <https://theintercept.com/2016/11/04/conheca-os-bilionarios-convidados-para-reformar-a-educacao-brasileira-de-acordo-com-sua-ideologia/>, postado 04/11/2016. acesso 05/11/2016.

33 Rede educativa de televisão, cujos mantenedores são Votorantim, FIRJAN, FIESP, CNI, FECOMÉRCIO RJ, Fundação Bradesco, Itaú Social. In: <http://www.futura.org.br/quem-somos/>, acesso 05/11/2016.

34 Eis sua apresentação no site, que dispensa comentários: “PATRI: onde o tão famoso caminho das pedras encontra o profissionalismo em Relações Institucionais e Governamentais *Core business: Políticas Públicas* (Public Policy, Public Affairs, Assuntos Públicos); *Relações Corporativas* (Corporate Affairs, Relações Institucionais, Public Relations); *Relações Governamentais* (Government Relations, Advocacy, Lobbying Country Advisors) *Quem somos? A criação e o crescimento da PATRI se confundem com o processo de construção da democracia e do Estado de Direito no Brasil*. À medida que as instituições democráticas se consolidam e a economia brasileira se desenvolve, o Congresso, estados, municípios e a sociedade civil aumentam seu poder de influência. Neste processo, o exercício das atividades relacionadas às Políticas Públicas vem se profissionalizando e adquirindo crescente legitimidade e reconhecimento do mercado. Ao longo das últimas três décadas, a institucionalização da democracia brasileira criou um ambiente favorável ao exercício dos Assuntos Públicos. Gradativamente, o chamado “caminho das pedras”, do tráfico de influência, tem dado lugar à legítima defesa de interesses empresariais. A PATRI acredita que a legítima defesa de interesse e respectiva representação não devem ser terceirizadas, mas praticadas institucionalmente pelas empresas e seus representantes e também por suas respectivas entidades de classe. Empresa brasileira prestadora de serviços em *Políticas Públicas*, apartidária e laica, com operação local – *on the ground* – com know-how internacional. Com 26 anos de atuação no Brasil e 16 anos no exterior, nos EUA (Washington, DC) e na União Europeia” In: <http://www.patripoliticaspUBLICAS.com/quem-somos/quem-somos-sub/>, acesso 05/11/2016, grifos nossos, VF.

35 Ver o primoroso relatório de Adrião, Theresa e Peroni, Vera (coord). *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. Relatório de Pesquisa. UFPR. 2011. Disponível em: <http://www.redefiniciamento.ufpr.br/ArquivoTextos/AdriaoPeroni.pdf>, acesso

entidades, em procedimento característico de terceirização, agindo agora entre “entidades sem fins lucrativos” e empresas e/ou outros APHs. Atuam conjuntamente de maneira direta nos municípios ou estados da federação onde estabelecem convênios ou parcerias.

Para além dessa entidade centralizadora – o TPE –, outras fundações também realizam parcerias com escolas públicas, diretamente e/ou com apoio de outras entidades, como a ABAG-Ribeirão Preto³⁶ e a Fundação Vale, que promove programas educacionais com escolas públicas em municípios do Pará e do Maranhão.

Estabelecem uma infinidade de programas e “apoios”, que não é possível listar neste artigo. Os acordos e parcerias que realizam ocorrem a nível federal, estadual, municipal, neste caso através dos Prefeitos ou diretamente com as Secretarias de Educação dos Municípios. Em todos os casos, a atuação da sociedade civil empresarial apresenta-se como apartidária e apolítica e exclusivamente voltada para a “melhoria da educação”, forma de não apenas promover consensos, como de capturar as inquietações populares.

Nos interessa evidenciar a quantidade e conexão entre entidades empresariais atuando diretamente na formulação e execução da educação pública, assim como sua interligação no estabelecimento de programas completos – e dos processos de gestão - para o processo educativo nas escolas públicas. Passam a deter o conhecimento do terreno, por terem acesso direto às escolas nos municípios. Ademais, como seus projetos não estão determinados por um programa partidário e pretendem-se “nacionais”, arvoram-se em expressão das necessidades nacionais.

Seguramente, como em qualquer âmbito da sociedade capitalista, há conflitos no próprio TPE, assim como entre outros APHs destinados à educação e que não o integram. Essa dinâmica hegemônica entretanto nubla a expressão das divergências. Como observou Martins,

a forma como o TPE foi estruturado – a partir de um pacto entre iniciativa privada, terceiro setor e governos – contribui para a ocultação dos conflitos entre classes e frações de classe, tornando mais complexa a compreensão da realidade, sobretudo no que se refere aos tênues limites entre o público e o privado – de modo a tornar também menos nítida a distinção entre os direitos sociais e os direitos individuais.³⁷

Em que pese a relevância do tema educacional, nos cabe observar neste caso a desenvoltura com a qual uma enorme quantidade de entidades, fundações e empresas costuraram na prática uma relação com a educação pública na qual *adotaram* municípios e Estados, sob administração de diversos partidos, e chegaram a implementar um formato da educação pública em escala federal.

17/04/2017

36 Lamosa, Rodrigo *Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma Análise Crítica da Hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*, Tese de doutorado, Educação UFRJ, 2014.

37 MARTINS, Erika Moreira - “Movimento Todos Pela Educação”: um projeto de nação para a educação brasileira. Mestrado em Educação, Unicamp, 2013, p.XI.

Este processo se realizou em grande medida com a adesão de partidos políticos de inúmeras colorações e, na maioria das vezes, sem que houvesse expressão propriamente político-partidária de reflexão sobre o tema.

O ex-ministro da Educação, Fernando Haddad [do Partido dos Trabalhadores-PT], o ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Reynaldo Fernandes, os dois últimos ex-Secretários de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda e Cesar Callegari, [todos integrantes dos governos PT] este último o Secretário que Costin sucederia, todos são organizadores do TPE.³⁸

Em outros termos, com exceção de pequenos partidos com configuração anticapitalista, o programa atravessa transversalmente gestões de praticamente todos os partidos oficiais. Em alguns municípios houve resistência e mesmo recusa de programas propostos, mas essa resistência não se configurou como uma resistência partidária em escala estadual e muito menos em âmbito nacional. Com isso, a *base programática da educação pública, historicamente ponto central de programas partidários*, tornava-se uma base programática empresarial, borrando as diferenças entre programas partidários frente às práticas de adoção ou parcerias empresariais com escolas públicas, acatados por eleitos de quase todos os partidos.

Pode-se levar mais adiante o argumento e afirmar que as próprias eleições estão sendo truncadas por esse hegemonismo. Ora, as escolhas locais (municípios) ou de maior escala (estados e governo federal) não mais impactam a definição de políticas públicas educacionais. Assim, o voto em partidos de posição mais à esquerda ou mais à direita são igualmente capturados para o interior da mesma política, que passava crescentemente a independe dos votos e dos processos eleitorais. Em outros termos, as diferenças entre os partidos oficiais tornam-se irrelevantes.

Hegemonismo e gestão pública

O segundo exemplo é o das entidades empresariais voltadas para a formulação de políticas e de administração pública, incluindo sua execução direta e acompanhamento/controle. Várias entidades exibem orgulhosamente tal pretensão. Sem nenhuma pretensão exaustiva, vale destacar:

- Instituto Atlântico, organização empresarial em torno de um projeto estrutural de reconfiguração da estrutura institucional do Estado;
- Instituto de Altos Estudos (INAE), que sucede ao Forum Nacional, capitaneado por João Paulo dos Reis Velloso. Conforme analisou Carla Silva, o Forum Nacional é um intelectual coletivo mesclando empresários, professores universitários e altos funcionários, que formulam e definem

³⁸ Evangelista, Olinda e Leher, Roberto. Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. Niterói, *Trabalho Necessário*, ano 10, no 15 – 2012.

políticas a ser implementadas e estabelecem aquelas a ser rejeitadas. No período analisado por Silva, revista *Veja* seguia estritamente a mesma pauta, levando a crer que o APH empresarial seria o “partido” subjacente às escandalosas intervenções da revista³⁹;

- Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG), constituído em esmagadora maioria por antigos alunos ou professores da PUC-Rio de Janeiro, em grande parte com passagem pelo Banco Icatu (criado por Antonio Carlos de Almeida Braga, após a absorção de sua seguradora Atlântica pelo Bradesco). São a expressão do setor bancário-financeiro nacional e internacional, com intensa circulação em empresas e entidades internacionais e nos órgãos públicos da área econômica, onde ocuparam os mais altos cargos, dirigindo o Banco Central, Ministério da Fazenda e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES. A entidade associativa tem como objetivo formular a política econômica conveniente e adequada aos seus integrantes, e promove concursos de teses e de pesquisas, mediante atribuição de bolsas no Brasil e no exterior⁴⁰. Embora assegure ser rigorosamente apartidário, muitos de seus integrantes filiaram-se ou estavam muito próximos ao PSDB. Para o tipo de atividade que desenvolvem, entretanto – a formulação de políticas econômicas e monetárias – a vinculação partidária parece ser incômoda, levando-os a transversalizar sua atuação e a atuar com amplo espectro partidário.

- MBC-Movimento Brasil Competitivo, criado em 2001, sob a direção de Jorge Johanpeter Gerdau é talvez o maior e mais impressionante agrupamento de entidades privadas e públicas, com projeto e atuação direta no Estado, numa efetiva “estratégia de conversão do público ao modelo de gestão privado”⁴¹. Aproximou-se de centrais sindicais de diversas colorações, como Força Sindical, CUT, UGT, CGT e Contag. Seus programas de gestão foram implementados em governos estaduais conduzidos por partidos de distintas extrações e origens sociais, como do PSDB (José Serra-SP), do PMDB (Sergio Cabral-RJ e Anastasia-MG); DEM e posteriormente PR (José Roberto Arruda-DF), PSB (Eduardo Campos-PE), PT (Jacques Wagner-BA); PMDB e posteriormente PSDB (Teotônio Vilela Fº-AL), PPS e posteriormente PR e PP-Partido Progressista (Blairo Maggi-MT); PSDB (Yeda Crusius-RS), DEM (João Alves Fº-SE) e PT (Ana Carepa-PA).

O caso do APH empresarial Comunitas, criado em 2000, é um dos que apresenta seu

39 Silva, Carla L. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*, 2009, Edunioeste.

40 Como se observa, expressões originadas nas lutas ambientais, como a sustentabilidade, se convertem em legitimação na transcrição direta dos interesses financeiros em interesses nacionais. Ao explicar sua proximidade com a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, assim se expressa o IEPE/CdG: “Em 2004, a ANBID (hoje ANBIMA) e o IEPE firmaram parceria visando a realização de estudos e elaboração de propostas sobre reformas de mercado de capitais que permitam torná-lo um aliado no esforço de acelerar o *crescimento auto-sustentado da economia brasileira*. No processo de discussão e elaboração de projetos que contribuam para o fortalecimento do mercado de capitais no Brasil, essa parceria articula a experiência de mercado, detida pelos dirigentes da Associação, com o conhecimento dos membros do Instituto, que tem como principal escopo fomentar estudos de políticas econômicas.” In: <http://iepecdg.com.br/parcerias/>, acesso em 02/11/2016.

41 Cf. Casimiro, op. cit., p. 215-36.

programa *político* de maneira explícita. Composta por uma enorme lista de enormes empresas e bancos brasileiros e estrangeiros, dentre os quais vale citar Alcoa, Bradesco, BR Foods, CCR, Citibank Brasil, FIRJAN, Gerdau, Itaú Unibanco, J.P. Morgan, Santander, Vale e Votorantim – muitas das quais possuem Institutos ou Fundações próprias, sem fins lucrativos, além uma entidade sem fins lucrativos, ICE-Instituto de Cidadania Empresarial⁴²

A Comunitas criou “marcas” especialmente para atuar na gestão pública do país: o BISC (Benchmarking do Investimento Social Corporativo), o Encontro de Líderes e o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável. Este último nos interessa de perto, pois se dedica a formular um programa de *aprimoramento da gestão pública municipal*.⁴³ Vejamos a que se propõe, em suas próprias palavras, o “Juntos pelo desenvolvimento sustentável”, criado em 2012. Ele

“ é uma *coalizão de líderes empresariais* em prol da *melhoria da gestão pública* no Brasil. Presente em 12 cidades brasileiras, o programa foi criado em 2012 a partir de uma reflexão feita por acionistas e presidentes de empresas nacionais, reunidos no 5º Encontro de Líderes promovido pela Comunitas. O grupo desenvolveu um modelo inovador de qualificação dos investimentos sociais corporativos ao optar pela *atuação direta em parcerias com administrações municipais*. A iniciativa partiu da premissa de que atuar em conjunto com o poder público, envolvendo e engajando a sociedade civil, faria com que seus investimentos sociais fossem mais sustentáveis e perenes, promovendo impactos realmente transformadores na realidade dos municípios brasileiros. *Ao atuar em parceria com a Prefeitura, o Juntos se distancia dos modelos tradicionais de cooperação entre o setor privado e a administração pública e apoia iniciativas que respondem ao modelo de desenvolvimento da cidade, e não a projetos isolados, criando soluções com o setor público e não para o setor público. (...) O envolvimento de líderes empresariais* compreende um dos eixos fundamentais no sucesso do programa. Além de garantirem a sustentabilidade financeira do Juntos, através do investimento direto de recursos, *os líderes são convidados a participar do monitoramento das iniciativas e da definição de diretrizes de longo prazo, atuando em diálogo constante com os municípios.*”⁴⁴

Observe-se que o programa, recente, não se inicia em escalas estaduais ou nacional. Ao contrário, direciona-se para o âmbito municipal, no qual prefeituras selecionadas recebem recursos e apoio gerencial. Não pretende uma iniciativa isolada, um programa pontual, mas uma política de Estado, ainda que em processo, ou em movimento de constituição. Ademais, os eleitos e o setor público deverão permanecer sob a batuta empresarial, que define metas e métodos, participando diretamente do processo. Para sua consecução, a entidade empresarial define uma estrutura de gestão peculiar, totalmente baseado nas lógica e dinâmica empresariais, onde a questão das eleições

42 Criada em 1999 para articular líderes e gerar “impacto social positivo na população de baixa renda”, através de “inovações sociais que pudessem engajar empresários e investidores em iniciativas que contribuam para a redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica” In: <http://ice.org.br/quem-somos/>, acesso 15/04/2017.

43 In: <http://comunitas.org/quem-somos/>, acesso em 15/04/2017.

44 In: <http://comunitas.org/juntos/estamos-juntos/>, acesso 02/12/2016. Grifos meus, Vf.

e das opções político-partidárias praticamente desaparece, sob o foco concentrado no aporte de recursos e na gestão em coparticipação entre o empresariado de escala nacional, o empresariado local (denominados de “parceiros locais”), ao qual devem aderir os eleitos e os servidores públicos:

“O Comitê de Líderes é a principal esfera da governança do Programa. *Composto por líderes empresariais, é responsável por estabelecer diretrizes, determinar o escopo das atividades e monitorar as ações em cada cidade.* A Comunitas promove reuniões mensais com o grupo, nas quais são definidas as ações estratégicas do período seguinte, bem como são avaliados os resultados do programa como um todo. Em cada cidade, *o comitê atua em diálogo com um grupo de líderes empresariais locais. Juntos, o Comitê de Líderes e o Comitê de Líderes Locais formam o Núcleo de Governança, que estabelece um compromisso de governança compartilhada e transparente com o prefeito e seus secretários. O núcleo é fundamental para a sustentabilidade das ações em cada uma das cidades que integram a rede. Além disso, cada município conta com um “padrinho”, um membro do Comitê de Líderes que acompanha de perto as atividades com olhar estratégico, garantindo que os princípios e os valores da governança estejam presentes no dia a dia do Juntos.*” In: <http://comunitas.org/juntos/estamos-juntos/>, acesso 02/12/2016.

Reportagem do jornal Valor Econômico⁴⁵ deu grande destaque à iniciativa, realizando um primeiro e altamente elogiativo balanço. Destaca que em todos os casos, trata-se de estabelecer prioritariamente um *ajuste fiscal*, implantar *meritocracias* no interior do serviço público (similares à competição empresarial, nada tendo a ver com a burocracia meritocrática idealizada por Weber, afeita às normas legais), ao compasso em que propõem a tecnificação das secretarias municipais. Ora, sabemos que as escolhas ditas “técnicas” são as que ocultam sua origem social e política e que tendem a ser considerados como técnicos os que se originam de entidades empresariais, seus tutelados ou ainda os que elas formam, desclassificando a priori qualquer tentativa pública de enfrentar tal tipo de política, sob uma agressiva defesa da competência “técnica” e da eficácia do mercado.

A política pública torna-se equivalente à gestão empresarial, com consequências imediatas. Em primeiro lugar, a obediência às diretrizes emanadas pela direção (definida pelos empresários e acatada pelos eleitos) é a redução de qualquer protagonismo popular. Estes, como os trabalhadores, devem encaminhar sugestões e fazer petições. Em seguida, a desqualificação da própria política oficial, uma vez que não importa quem tenha sido eleito ou sob qual programa, o roteiro administrativo estará traçado e o setor empresarial tem os meios – econômicos e midiáticos – para denunciar e, eventualmente, impedir uma gestão que destoe de sua programação. Uma terceira consequência é o apagamento de qualquer traço das conquistas populares no programa, na gestão e avaliação da coisa pública: para o empresariado, a eficiência na gestão dos recursos está longe de significar a construção de processos igualitários, universais, algo que os processos eleitorais de

45 ROSA, João Luiz e OLMOS, Marli. A cidade para os cidadãos. *Valor Econômico*, 02/12/2016 – pp. 11-13, Caderno Eu & fim de semana.

massa acenam como possibilidade. Ao contrário, trata-se de reduzir impostos para o empresariado, sem tocar na massa de impostos paga pela grande maioria da população.

Sabemos que o aceno de políticas igualitárias é limitado, e que a atuação burguesa nas democracias têm sido a de reduzir seu alcance efetivamente popular. Não obstante, é sob as regras formalmente democráticas – eleitorais – que as diferentes burguesias conseguiram enevoar as marcas mais aparentes da dominação, sob a idealização de um “Estado” igualitário, respeitoso das escolhas da política oficial e formalmente dependente de leis e não de proprietários⁴⁶.

A reportagem de Valor prossegue apresentando as cidades nas quais o experimento foi realizado, embora silencie escrupulosamente sobre os partidos envolvidos. As cidades concentraram-se sobretudo no estado de São Paulo, mesclando grandes e pequenos municípios: Campinas, São Carlos, Brotas, Itirapina, Limeira, Corumbataí e Santos; a capital do Paraná, Curitiba; Juiz de Fora, em Minas Gerais; Paraty, no Rio de Janeiro; a capital do Piauí, Teresina; e, no Rio Grande do Sul, a cidade de Pelotas.

Os partidos envolvidos excluía cuidadosamente o Partido dos Trabalhadores-PT, o que não foi o caso da atuação de gestão empresarial para o setor público posto em prática pelo Movimento Brasil Competitivo mencionado acima (onde também figura Jorge Gerda). Nos municípios selecionados pelo Juntos, os partidos envolvidos (incluindo os que iniciaram o processo de “parceria” e os vitoriosos no processo eleitoral subsequente), foram o Partido da República-PR, Partido da Mobilização Nacional-PMN, Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB (em três cidades), Partido Democrático Trabalhista-PDT, Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (em três cidades), Partido Social Democrático-PSD, Partido Socialista Brasileiro-PSB, Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, Partido Social Liberal-PSL e Democratas-DEM. Há simultaneamente uma certa concentração entre PSDB e PMDB e uma significativa dispersão de partidos no espectro partidário, contribuindo para seu baixo grau de distinção nas práticas políticas de administração pública.

A atuação de APHs empresariais na gestão direta das políticas públicas, quer seja na educação ou na gestão direta de localidades (estados ou municípios), é a continuação da prática utilizada para converter reivindicações sociais populares expressas em formas associativas muitas

46 Em 1989, antes ainda do formidável impulso associativo empresarial no Brasil das décadas seguintes, René Dreifuss lamentava o processo político brasileiro nos seguintes termos: “Em suma, foram as próprias classes dominantes que impediram o Estado de se tornar um *real generalizador* – escamoteador e preservador das relações de produção e poder – além de *virtual superador* da visibilidade dos seus interesses e da natureza do sistema de dominação. (...) Alimenta-se, assim, o eterno queixume das classes dominantes, a respeito da ingovernabilidade do Brasil. Configura-se o sonho inatingível da coexistência de uma vida ‘suíça’, regrada e ordeira, com o usufruto das benesses de um clima carnavalesco e tropicalmente despojado, como uma espécie de tapete sobre o lamaçal societário tupiniquem, ou como condomínio exclusivo em meio à miséria no estilo Macunaíma, na grande favela nacional. As elites brasileiras são condenadas, então, a uma frustração agressiva.” (JD, p. 16)

vezes embrionárias em suportes de APHs fortemente financiados pelo empresariado no Brasil. A partir de certa escala, a sociedade civil empresarial lança-se novamente à ocupação do Estado, mas desta feita solapa pelo hegemonismo a dinâmica burguesa clássica: uma suposta competição entre partidos oficiais, defendida através de programas que corresponderiam a ângulos específicos de universalização a partir de uma certa correlação entre tais partidos e sua base social. No caso brasileiro, as burguesias vêm permeando todos os espaços, em atuação supostamente apartidária, mas na prática suprapartidária. Esvaziam-se continuamente as diferenças entre os registros de esquerda, centro e de direita, substituídos por uma competição inter-empresarial na ocupação, mediada por seus aparatos na sociedade civil, dos postos públicos. Qualquer que seja o partido vencedor, o programa e o método estão traçados. Qualquer desobediência partidária pode ser imediatamente punida, seja pela suspensão das parcerias, seja pela barulhenta denúncia de incompetência ou ineficácia.

Quanto aos partidos que mantêm uma perspectiva efetivamente socialista, assim como as entidades associativas e movimentos sociais não redutíveis à “gestão empresarial”, tendem a ser crescentemente criminalizados e alijados do espectro aceitável pelo molde hegemônico. Não obstante, a atuação hegemônica, ao desfigurar a própria democracia burguesa, gera novas e poderosas contradições.

A irrelevância crescente dos partidos ou a chamada “crise das democracias” não é apenas um dado da natureza volúvel dos parlamentares (embora ela também possa existir) ou da baixa organicidade dos partidos, o que é real em alguns casos, mas não em outros. Ela resulta de uma escala de concentração de capitais em que é possível interferir limitando o leque das opções reais de implementação de programas partidários, tanto de maneira indireta, através de entidades associativas empresariais, como de maneira direta, pela definição legal de bloqueios a políticas de cunho universalizante gerados por dívidas públicas, credores externos, instituições de controle nacional e internacional, etc. Ela resulta também de intensa atuação empresarial hegemônica que, ao definir *previamente* os contornos desejáveis e *possíveis* das políticas públicas fundamentais (nos exemplos tratados acima, educação e gestão pública, mas vale agregar também a política econômica, as primeiras atingindo grandes contingentes populacionais e a terceira definindo os rumos centrais para a expansão do capital) e sua forma de implementação envolve os partidos oficiais numa teia homogeneizadora. Como lembrou René Dreifuss, trata-se da grande política e de uma configuração estratégica do Estado. Mas voltada apenas para o capital, em suas diferentes vertentes setoriais e escalas de acumulação.

Não tratamos, neste artigo, da questão da corrupção, que há dois anos ocupa enorme espaço no noticiário da grande imprensa proprietária, aliás uma das mais persistentes “parcerias” do

hegemonismo empresarial. Não é de estranhar seu total silêncio sobre a situação oficial e legal, interinada e aprofundada sob os anos da gestão do Partido dos Trabalhadores em diferentes executivos (federal, estaduais e municipais). A situação nos parece suficientemente grave, e ainda escassamente analisada. Pode parecer estranho concluir assinalando o que é necessário analisar, mas há uma faceta ainda menos explorada: que formas de extração de valor estão envolvidas nesse hegemonismo? Em outras palavras, quais os interesses diretamente econômicos nessa enorme teia de sociedade civil empresarial, para além da evidência dos recursos derivados dos contratos de gestão e de parcerias público-privadas, facilitadas pela presença de APHs empresariais na gestão pública? A mensuração desses elementos pode contribuir para esclarecer melhor as condições atuais do capitalismo e suas formas específicas de extração de valor, no Brasil e alhures. A crise da política e das democracias – para além de outros determinantes, não tratados neste texto – responde na atualidade ao predomínio avassalador do capital que, amesquinhando os espaços de conflito, deixa entreaberto o conflito central: o da grande política, o da necessidade de superação do próprio capital.